

*Artigo

QUAL O IMPACTO DOS IMPOSTOS EM SUA VIDA?

Parece que existem duas unanimidades no Brasil, sobre a questão tributária. Há os cidadãos que não pagariam nada – se pudessem. Não confundir essa “rebeldia” com o crime atribuído às grandes empresas flagradas na Operação Zelotes, da Polícia Federal (bancos, uma rede de televisão e jornais etc., sonegando impostos em plena luz do dia). No caso da operação policial mencionada, trata-se de crime comum, ainda que um dos réus seja “incomum” (a tal rede de tv), pois está enrolado com os próceres da FIFA, na fraude futebolística que permitiu ao FBI (polícia federal americana) “engaiolar alguns graúdos”. A sonegação é uma lâstima, mas não é objeto desta análise. A segunda unanimidade é que as pessoas pagariam os tributos com prazer, se soubessem que os recursos seriam aplicados no bem comum, e não em benefício de uns “incomuns”. Frequentemente você se flagra reclamando dos impostos, da alta carga tributária, mas se esquece que em nosso país há uma divisão de competências, em que alguns tributos são devidos ao município, outros ao estado e alguns são recolhidos a favor da União.

E qual a importância de saber isso? Ora, não adianta cobrar do prefeito a aplicação da CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) se ele é recolhido à União. Só para constar, a cada 1.000 litros de combustível são recolhidos R\$ 4,01 de tributação (Decreto nº 4.066/2001). Já com relação ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas (IRPJ/IRPF), a competência para fiscalizar e cobrar é da União, que “morde” até 27 % da renda das pessoas físicas (retido na fonte) e abocanha 15% do lucro real das empresas, e repassa 10% destes valores aos estados e ao Distrito Federal. Concorde com o IPVA do seu carro? Ora, o tributo é regulado pela Lei estadual nº 7.301, de 17 de julho de 2000, e as alíquotas variam de 1,5% a 4%, o que significa que um veículo popular pode pagar anualmente até uns 1.000,00. A arrecadação deste imposto é partilhada entre o estado e o município onde o veículo venha a ser emplacado. Também é competência do estado (ou Distrito Federal) cobrar o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que varia de acordo com a atividade econômica do contribuinte. Os produtos da cesta básica recolhem 12%, a tarifa de energia elétrica varia de 0 (zero) a 30% e a telefonia (celulares, internet etc.) paga 30% de ICMS. Já aos municípios ficam as receitas do Imposto Sobre Serviços (ISS) que variam na média de 4% sobre o valor que o prestador de serviço venha a receber. Também é do município a receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e a alíquota cobrada (em média) é 4% do valor atribuído ao imóvel. A prefeitura calcula o valor da sua casa ou apartamento, e aplica 4% sobre o quantum apurado como cobrança a título de IPTU, todos os anos.

A questão de tributos já rendeu rebelião no Brasil. No Século XVIII, período do Brasil Colônia, eram retidos do 20% do ouro em pó aqui produzidos, e encaminhadas à Coroa Portuguesa, como tributo. Havia uma taxa fixada em 100 arrobas anuais (1 arroba equivale a aproximadamente 15 quilogramas), ou seja, 1 500 quilogramas. Uma espécie de “lucro presumido”. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, não concordou, e foi decapitado. Mas a carga tributária no Brasil nem é tão abusiva, se comparada a alguns países. Estudo feito por uma entidade privada em 2009/2010 indica uma arrecadação de impostos de 34,5% sobre o PIB (Produto Interno Bruto), colocando nosso país na 14ª colocação no ranking da tributação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a nossa carga tributária seria inferior a países como Dinamarca (48,20%), Suécia (46,40%), Itália (43,50%) e Bélgica (43,20%). Só para constar, mencionamos outros países em que a tributação é menor que o Brasil (em percentual sobre o PIB): Guiné Equatorial (1,7%), Etiópia (11,6%), Haiti (9,4%), Irã (6,1%), e por aí vai. Já disse o Supremo Tribunal Federal que tributo seria “a exteriorização de riquezas capazes de suportar a incidência do ônus fiscal” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 643.686). O Brasil é uma nação jovem, com 126 anos de idade e ainda em construção, nos libertamos da metrópole em 1889. A Constituição Imperial (Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824) durou longos 65 anos e previa no artigo 114 que “A Dotação, Alimentos, e Dotes, de que fallam os Artigos antecedentes, serão pagos pelo Thesouro Publico, entregues a um Mordomo, nomeado pelo Imperador, com quem se poderão tratar as Acções activas e passivas, concernentes aos interesses da Casa Imperial.”. Logo, o que deve ser almejado pelo contribuinte é a correta aplicação dos recursos auferidos com os tributos, e que não seja para a mordomia de alguns, e que cada ente público preste contas quanto à sua competência para instituir, cobrar e aplicar o “suado dinheirinho do povão”!.

Antonio Cavalcante Filho e Vilson Nery são ativistas do MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) em Mato Grosso.

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

f

DS

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Gustavo Rodrigues Piloti

Reinaldo Manarim Neto

Maykon Henrique Moura

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01

CNPJ 10.285.184/0001-37

PUBLICIDADE LEGAL

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA

Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W

CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

diariodaserra@terra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Emergência: Município adquire 14 ampolas de soro antiofídico

Conforme o Diário da Serra publicou na edição de ontem, 14, o soro antiofídico estava em falta no Hospital Municipal de Tangará da Serra, o que deixou toda a população preocupada. Após a publicação, ainda na tarde de ontem, o secretário de Saúde, Itamar Bonfim, declarou que conseguiu junto ao Estado, 14 ampolas do soro. “Fomos atrás de providências, fizemos um pedido de emergência e conseguimos as ampolas, sabemos que ainda é um número pequeno, tendo em vista que com essa quantidade conseguimos atender de três a quatro pessoas vítimas de picada de serpente. Este é um problema nacional”, disse Itamar, destacando que é importante que a população continue em alerta e evite locais propícios para a existência de serpentes. “Até que tudo se normalize, é muito importante que todos redobrem a atenção, principalmente as pessoas que moram ou trabalham no campo”, concluiu Itamar.

Problema nacional

A falta de soro antiofídico é um problema nacional e que vem se arrastando há meses. Em maio o Ministério da saúde divulgou problemas contratuais no processo de aquisição do medicamento e que não há uma definição de quando será restabelecida a remessa do soro antiofídico às unidades de saúde.

Lançamento

O livro "Dois dedos de prosa em silêncio" escrito pelo jornalista Eduardo Gomes de Andrade. Até então a capa que divulgava a obra era provisória, enquanto o caricaturista Generino Rocha concluía as artes dos 50 temas abordados no conteúdo. Essa arte, em escala menor, ilustra a capa ora apresentada.

Chega às bancas

O livro foi concluído, está em fase final de revisão pelo professor Marinaldo Custódio e chegará em breve às bancas em Cuiabá. O marco temporal é 1970 e a ambientação é mato-grossense, mas sem que isso impeça o autor de viajar no tempo para fora da Terra de Rondon, recuar no tempo e trazer personagens de outras regiões.

Tiragem

O autor Eduardo Gomes de Andrade entende que o livro Dois dedos de prosa... é pra rir, refletir e arguir. A tiragem ficará condiciona às reservas e vendas antecipadas de exemplares. Informações sobre reserva ou compra antecipada de exemplares: eduardogomes.ega@gmail.com.

*Bastidores da Política

Fethab

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), realizou mais um repasse do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) aos municípios. O montante, pago no dia 10 de julho, foi de R\$ 21.050.759,62 e é referente ao mês de junho. Até agora já foram destinados às prefeituras R\$ 108,6 milhões.

AMM

Conforme o compromisso firmado com a AMM, os pagamentos do Fethab estão programados para o dia 10 de cada mês. Em abril foram repassados R\$ 27,6 milhões; R\$ 35,9 milhões em maio; e R\$ 24 milhões em junho. Nestes montantes também constam as parcelas relativas aos repasses de janeiro e fevereiro, que foram parceladas em 10 vezes.

Investimento

Os municípios podem investir na recuperação de estradas, pontes e bueiros. É o que espera o secretário de Fazenda, Paulo Brustolin. “Os recursos estão indo para a ponta e esperamos que sejam aplicados corretamente, de forma eficiente, em virtude da necessidade da melhoria das estradas e pontes, que são meios de escoamento da produção”.

Destinação

Além disso, o gestor destacou que o governador Pedro Taques vê de forma positiva a destinação desses recursos para as cidades mato-grossenses. “Esses repasses estão auxiliando os municípios a realizarem investimentos em infraestrutura, o que é essencial para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso”, afirmou o secretário de Fazenda.

Audiência

Em audiência pública realizada em Aripuanã no dia 10 de julho, diversos compromissos foram firmados para garantir investimentos na região, principalmente na logística com recuperação das rodovias que dão acesso ao município. O governo do Estado já se comprometeu com o pagamento de um projeto para a BR-174 no valor de R\$4 milhões.

Objetivos

Com o intuito de debater a “Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Econômico do Município e Região do Vale do Juruena”, a audiência pública reuniu mais de 600 pessoas no Centro de Educação Continuada Dardanelos. A audiência foi requerida pelo deputado estadual Oscar Bezerra (PSB), e com a presença do governador Pedro Taques (PDT).

Riva solicita à Justiça adiamento de audiências

O ex-deputado José Riva (PSD), conhecido por acumular mais de 100 processos por casos de corrupção, pediu o adiamento das duas audiências que participaria na data de hoje, 14, na 7ª Vara Criminal. Riva encontra-se internado em um hospital particular em razão de problemas renais, conforme o advogado Mário Sá. Um atestado médico comprovando a informação foi apresentado a magistrada que diante da justificativa, deferiu a solicitação da defesa redesignando para a data de 29 de setembro a oitiva. Dessa forma, Riva não mais ficará frente a frente com a juíza Selma Arruda, que determinou as prisões do mesmo. O parlamentar foi solto no último dia 2 de julho, por determinação do Supremo Tribunal Federal, e essa seria a primeira audiência com a magistrada que determinou o seu encarceramento nas datas de 21 de julho e 1º de julho. Ele é acusado de participação em dois esquemas.